

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

KÁSSIO JOSÉ DELMIRO DE MORAIS

**A FUNDAMENTAÇÃO DA IDEIA DE DESIGNADOR RÍGIDO PELA TEORIA DOS
MUNDOS POSSÍVEIS DE SAUL KRIPKE**

TERESINA

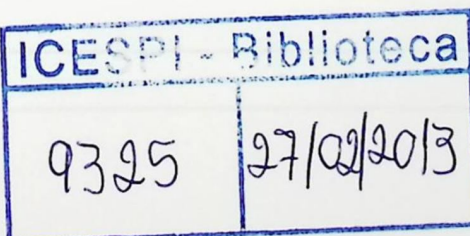
2012

**A FUNDAMENTAÇÃO DA IDEIA DE DESIGNADOR RÍGIDO PELA TEORIA DOS
MUNDOS POSSÍVEIS DE SAUL KRIPKE**

Data: _____

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Instituto Católico de Estudos
Superiores do Piauí – ICESPI como pré-
requisito à obtenção da Licenciatura Plena em
Filosofia, sob orientação do Prof. Dr.
Wellistony Carvalho Viana.

Prof. Dr. Wellistony Carvalho Viana



TERESINA

2012

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

A FUNDAMENTAÇÃO DA IDÉIA DE DESIGNADOR RÍGIDO PELA TEORIA DOS
MUNDOS POSSÍVEIS DE SAUL KRIPKE

Data: ____/____/____

Profº. Dr. Wellistony Carvalho Viana
Orientador

BANCA EXAMINADORA

1º LEITOR: _____

2º LEITOR: _____

Dedico a todos que foram meios e
inspiração para o meu conhecimento.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo expor a lógica descritiva de Saul Kripke, apresentar a sua tese sobre rigidez dos termos e problema da referência. Dentro do pensamento kripkiano sobre a referência semântica, pretende-se levantar a dúvida sobre a ligação dos termos (intenção) à sentença (referência), colocando a sua teoria como a mais correta possível. É através da sua teoria dos mundos possíveis que Kripke diferencia-se dos demais pensadores, por mostrar que ele dá a abertura para um estudo universalizante dos termos. Para efeito de conclusão, apresentaram-se como valores semânticos dos termos a própria referencial.

Palavras-chave: Kripke, designador rígido, mundos possíveis, lógica, semântica.

Agradeço a Deus, à minha família, aos meus irmãos do Seminário Beato João Paulo II, a todos os seminaristas que me apoiaram, assim como ao meu reitor e ao meu orientar.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo expor a lógica filosófica de Saul Kripke, apresentar a sua tese sobre rigidez dos termos a propósito da referência. Dentro do pensamento kripkiano sobre o referencial semântico, pretende-se levantar a dúvida sobre a ligação dos termos (intenção) à sentença (extensão), colocando a sua teoria como a mais correta possível. É através da sua teoria dos mundos possíveis que Kripke diferencia-se dos demais pensadores, por mostrar que ela dá a abertura para um estudo universalizante dos termos. Para efeito de conclusão, apresentam-se como valores semânticos dos nomes o próprio referencial.

Palavras chave: Kripke, designador rígido, mundos possíveis, lógica, semântica.

ABSTRATO

This paper aims to expose the philosophical logic of Saul Kripke, presenting his thesis on the stiffness of the terms of the reference. Inside the kripkiano thought about the referential semantics, it aims to raise the question about the connection of the terms (intention) to sentence (extension), putting his theory as correctly as possible. It's through his theory of *possible worlds* that Kripke differentiates itself from other thinkers, by showing that it provides the opening for a study of universalizing terms. For the sake of conclusion, the reference presents itself as the semantic values of names.

Keywords: Kripke, rigid designator, possible worlds, logic, semantics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	10
O POSITIVISMO LÓGICO	10
1. Frege e o princípio de composicionalidade	11
2. Russell e a teoria das descrições	14
3. Wittgenstein e a teoria semântica	16
CAPÍTULO II	20
SAUL KRIPKE	20
1. A teoria dos mundos possíveis	20
2. A idéia de designador rígido	24
3. Kripke e o valor semântico	27
CAPÍTULO III	29
UMA NOVA CONCEPÇÃO SEMÂNTICA E A CRÍTICA A KRIPKE.....	29
1. Putnam e o conceito de intenção e extensão	30
2. Hipótese da universalidade da divisão do trabalho linguístico	33
3. Rigidez e a noção de mundos possíveis de Putnam	38
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

A linguagem é a primeira grande área da capacidade humana. O problema da linguagem tornou-se centro de debates e discussões de humanos. Filósofos, escolas, movimentos e períodos se voltam para o problema lingüístico e dedicaram suas vidas para tentar resolver os seus questionamentos: como as palavras se relacionam com o mundo? Qual é a natureza do laço que une linguagem e realidade? Quais os recursos que a linguagem oferece? São esses e muitos outros questionamentos que incentivaram a chamada virada linguística.

Estas e outras perguntas parecem ser de respostas fáceis. Contudo, tornam-se muito complicadas quando conceitos ou ações, que a séculos foram consagradas, passam a ser questionadas. A ruptura, e formulação com novos paradigmas. E dentro desse trabalho linguístico, a lógica vem sendo um meio e um fim de esclarecimento de um trabalho filosófico milenar. Dos primeiros filósofos até os nossos dias, o uso da lógica vem pegando cada vez mais força e aliando-se com a linguagem nascem novas perguntas: o que significa dizer que um argumento é válido? um enunciado se segue de outro? um enunciado é logicamente verdadeiro? A validade deve ser explicada relativamente a algum sistema formal? O que tem a ver válido com ser um bom argumento? Como se reconhecer um argumento válido ou uma verdade lógica? etc.

Destacam-se destes movimentos Frege, Russell, Quine, Wittgenstein, Kripke, Strawson, Putnam, Searle e muitos outros que se tornaram protagonistas de uma nova forma de pensar. Frege, Wittgenstein, Russell e Kripke deram ao problema da relação entre linguagem e realidade diferentes soluções.

Saul Aaron Kripke, filósofo voltado para a linguagem e à lógica, levou a cabo todas as críticas, anteriormente assinaladas, e levanta um novo conceito referencial presente na sua teoria dos mundos possíveis como pressuposto inicial para fundamentação de um designador rígido presente na linguagem. A referência torna-

se aqui a questão, ele acredita que essa não depende de crenças ou de capacidades do usuário. Pode-se, por meio de intuições, avaliar as propriedades necessárias de um referente. Para Kripke, é errado pensar que os nomes próprios têm um sentido (como afirma Frege), e que este sentido consiste em uma ou diversas descrições definidas (como afirma Russell ou Searle). E este argumento, baseado no comportamento lógico entre nome e descrição, mostra que a teoria descritivista é falsa e leva a caminhos errados. Mas fica na incumbência dos seus contemporâneos, a contrapartida de criticar e solucionar a sua “doutrina”.

Portanto, este trabalho é dividido em três partes que discorrem sobre as seguintes temáticas. Num primeiro momento, primeiro capítulo, trata-se de apresentar o contexto intelectual de como veio se desenvolvendo as questões sobre a referência, sobre os conceitos, sobre os termos segundo Frege, Russell e Wittgenstein. Logo após, no segundo capítulo, discorre-se sobre a teoria kripkiana de mundos possíveis para se chegar a idéia de designador rígido, fundamentando seu conceito semântico. Por fim, no terceiro capítulo, apresenta-se em contrapartida a idéia de Kripke, a concepção de Putnam sobre a fundamentação dos termos.

CAPÍTULO I

O POSITIVISMO LÓGICO

A busca do conhecimento verdadeiro foi alvo de inúmeras especulações e é nesta tendência filosófica que aparecem às primeiras tentativas de uma revolução na filosofia moderna. A primeira revolução se inicia com Descartes quando tenta desviar a filosofia da metafísica e lhe imprimir uma ordem gnosiológica, acompanhado de Kant quando inverteu a noção do conhecimento antes presente no objeto como aquele que modifica o sujeito, agora o colocando no sujeito como agente modificador do objeto. Por fim, é no positivismo lógico que afasta a filosofia da metafísica e do conhecimento, e a coloca na linguagem.

Esta última revolução nasce como uma carência de convicção provinda das discussões filosóficas e são devidas a uma insuficiência de clareza e a falta de precisão da linguagem. É o anseio do positivismo lógico a busca por uma linguagem universal, como uma busca por critérios de significação absoluto, válidas para as disciplinas científicas e filosóficas. Wittgenstein foi o primeiro filósofo que deu à pesquisa filosófica uma clara orientação linguística.

Ao positivismo lógico, se coloca como cânones: uma ideia de análise filosófica que pode resolver sozinha os problemas filosóficos; a conclusão de que só as proposições experimentais, ou fatuais ou científicas têm sentido; a consideração de que as proposições metafísicas, como também as da estética, da religião, da moral etc. não têm conteúdo, uma vez que todo conteúdo provém da experiência, são por isto destituído de sentido.

Em 1918 pela primeira vez foi empregado o termo "Atomismo Lógico" por Bertrand Russell, pelo qual veio aplicar sua filosofia, assim, deixando as cadeias do idealismo e voltando-se a trilha do tradicional empirismo.

É da filosofia do atomismo lógico, desenvolvido na Inglaterra desde os anos 30, que se tem em Russell e no Wittgenstein (do *Tractatus*) seus expoentes. Julgavam

poder obter as asserções da linguagem ideal, partindo de poucas fórmulas primitivas da lógica mediante uma série de regras claramente explicitadas e capazes de garantir a correção das conclusões. Além disso, aplicando essas fórmulas aos dados oferecidos pela experiência sensível, eles julgavam poder construir uma linguagem não equivocada e dotada de sentido, na qual o mundo e todos os fatos que o constituem pudessem ser adequadamente representados.

Gottlob Frege não fica fora dessa lista de pensadores, considerado hoje o pai de todas as direções analíticas, matinha como paixão aos problemas da lógica e dos fundamentos da matemática. Para ele, a linguagem natural era incapaz de exprimir as estruturas lógicas com precisão necessária. Portanto, era necessário assumir uma “linguagem artificial”.

1. FREGE E O PRINCIPIO DE COMPOSICIONALIDADE

Friedrich Ludwig Gottlob Frege nasceu na cidade de Wismar, Alemanha, em 8 de novembro de 1848. Destacou-se por sua grande atuação nas áreas da lógica, linguagem e na matemática, sendo então considerado um dos iniciadores do movimento analítico, que marca toda a filosofia contemporânea.

Quando se inicia o estudo dos *termos* e dos *significados*, torna-se necessário que se estude os escritos de Frege, de modo particular *Sobre o Conceito e o Objeto* (1892) e *Sobre Sentido e a Referência* (1892), pelo qual seu conceito inovador inicia um movimento e/ou inspira questionamentos (Carnap, Russell, Wittgenstein e Quine). Através do método pelo qual utiliza a linguagem lógica, ele vem à busca de solucionar problemas da filosofia, assim, clarificando-a.

O centro de seus problemas, mais ainda, o cume de sua tese está na total ligação dos nomes próprios aos objetos. Para ele, nomes próprios são termos singulares que significam um único objeto. Mas será que a substituição de nomes próprios por outros de igual significação pode mudar o significado de uma frase? Frege nos fez notar que expressões como “a estrela da manhã” e “a estrela vespertina”, embora indicando o mesmo objeto, ou seja, possuindo a mesma referência que é o planeta Vênus, diziam coisas diferentes, apresentando sentidos diferentes.

Inês Araujo, em seu livro *Do Signo ao Discurso* (2004, p. 66), tomada pela idéia de Frege, nos diz que “os nomes próprios são sinais que exprimem um sentido e

apontam ou denotam uma referência". O problema de saber se o nome próprio refere, passa a ser analisado por Frege como questão que diz respeito à capacidade de representação do pensamento. São essas representações do pensamento, ou seja, as formulações que posso admitir como verdade que podem referir a estado de coisa através de preposições, e não os nomes próprios. Em sentenças completas como "A estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol" seu sentido é o pensamento. É através do pensamento que seu conteúdo permanece o mesmo, até que em situações diferentes, em diferentes épocas. Segundo Inês, "quando se substitui a expressão 'estrela da manhã' por 'estrela da tarde' na sentença supracitada, muda-se o pensamento" (2004, p. 67). A referência de uma sentença completa é o valor de verdade.

Para Frege a relação de igualdade não se dá entre os nomes ou sinais dos objetos e nem entre os próprios objetos. Quando se fala que $a=a$, coloca-se uma sentença *a priori* ou analítica, verdadeira independentemente da experiência. Ainda ao falar que $a=b$ acrescenta algo ainda não conhecido pela informação contida em "a".

Assim, se quiséssemos considerar a igualdade como uma relação entre os objetos a que os nomes "a" e "b" se referem, então $a=b$ não pareceria diferir de $a=a$, caso $a=b$ fosse verdade. (...) Com isto, a sentença $a=b$ não mais se referiria propriamente à coisa, mas apenas à maneira pela qual a designamos. (FREGE, 2009, p. 130)

Pode-se conhecer ou compreender o sentido, qual seja, o total de designações de um nome próprio, mas a sua referência só pode ser conhecida indiretamente, pois dificilmente um nome possui ou carrega toda a referência de que é capaz. Consequentemente, ele distinguira entre sentido (Sinn) e significado (Bedeutung) ou, em termos clássicos, entre conotação e denotação ou intenção e extensão. Entretanto, como ocorre a conexão entre as três dimensões da linguagem? Segundo Frege:

A conexão regular entre um sinal, seu sentido sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que uma referência (um objeto) pode receber mais de um sinal. E ainda, um mesmo sentido tem em diferentes linguagens, ou até na mesma linguagem, diferentes expressões. (FREGE, 2009, p. 132)

A denotação de um termo e a sua aceitação como verdade, nos leva a pressupor que exista alguém ou algo. Por exemplo: “Kepler morreu na miséria” e “o homem que descobriu as órbitas elípticas dos planetas morreu na miséria”, a pressuposição como verdadeira dessas duas afirmativas, denotando um indivíduo existente. Ao que consiste na sua negação, “Kepler não morreu na miséria, ou o nome ‘Kepler’ não denota coisa alguma”, com isso, vê-se que quando se formula uma afirmação, pressupõe-se a existência do indivíduo pelo uso de seu nome próprio, mas, acontece a mesma afirmação quanto a sua negação. E esta é a primeira definição da *pressuposição semântica*¹.

Portanto, o uso de um nome próprio (ou de um termo singular) pressupõe a existência do indivíduo denotado pelo nome. Na linguagem natural, porém, é possível introduzir nomes sem referência.

A teoria lógica de Frege tem na sua base um princípio fundamental, o princípio de composicionalidade, em vista do qual o sentido como a referência do todo é função respectivamente do sentido e da referência das partes. Ora, se falta a uma parte a referência, o que se poderia dizer do todo? Que também não tem referência? Mas, a referência de um enunciado é um valor de verdade.

E o que dizer agora a respeito da referência? Podemos, mesmo, formular essa pergunta? É possível que uma sentença como um todo tenha tão-somente um sentido, mas nenhuma referência? De qualquer forma, poder-se-ia esperar que tais sentenças existam, do mesmo modo que há partes de sentenças que possuem sentidos, mas que carecem de referência. A sentença “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”, que aí ocorre, tenha uma referência, assim também é duvidoso que a sentença inteira tenha uma. Entretanto, é certo que se alguém tomasse seriamente essa sentença como verdadeira ou falsa, também atribuiria a “Ulisses” uma referência deste nome que o predicado é afirmado ou negado. Todo aquele que não admite que um nome tenha uma referência não lhe pode atribuir nem negar um predicado. (FREGE, 2009, p. 137)

Se em uma sentença não possui referência, mas possui sentido, segundo Frege, ainda sim não se pode atribuir um valor de verdade, partindo de seu exemplo “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”, a questão de se ter ou não valor de verdade não se põe, apesar de que se produza sentido. Uma vez que não há referência, ou seja, o nome próprio “Ulisses” que ocorre como sujeito da sentença não possui referência, de modo que não é possível atribuir a ele um

¹ Uma pressuposição semântica de p é um enunciado q que deve ser verdadeiro, a fim de que ou p ou $\text{não } p$ possam ser verdadeiros.

predicado. No entanto, em casos de haver referência, a sentença funciona como um nome próprio, e o valor de verdade é entendido por Frege como um objeto, algo suscetível de confirmação. Tanto que ao se substituir numa sentença a ocorrência de um nome por outro com sentido diferente, mas com a mesma referência, o valor de verdade da sentença não muda.

Portanto, um enunciado que contenha um termo sem sentido referencial é também destituído de referência, ou seja, não tem valor de verdade: não é verdadeiro nem falso. “O pensamento perde valor para nós tão logo reconhecemos que a referência de uma de suas partes está faltando” (FREGE, 2009, p.138).

2. RUSSELL E A TEORIA DAS DESCRIÇÕES

Bertrand Arthur William Russell, uma das figuras mais extraordinárias, polêmicas e conflitantes da filosofia inglesa do século XX, matemático e lógico ilustre, nasceu em 18 de maio de 1872, na cidade de Ravenscroft.

Próximo a Frege no programa logicista, Russell, em sua reação ao idealismo, também está de acordo com Frege ao sustentar o realismo platônico para os objetos da matemática, ao qual o problema matemático torna-se, em seu ponto de vista, o sumo de toda especulação, de modo especial, filosófica. Portanto, os números, as classes, as relações, etc., têm existência independente do sujeito e da experiência. Uma relação como “Se $A=B$ e $B=C$, então $A=C$ ” existe independentemente do sujeito que a pensa: existe e é sempre verdadeira. No entanto, se distancia de Frege, quando tratou da sua *Teoria das descrições* (1905). Frege nos fez notar que expressões como “a estrela da manhã” e “a estrela vespertina”, embora indicando o mesmo planeta Vênus, diziam coisas diferentes, apresentando sentidos diferentes. No entanto, duas expressões podem ter o mesmo significado ou a mesma denotação, ou seja, indicam o mesmo objeto, ao passo que o seu sentido ou conotação, isto é, o que dizem desse objeto é diferente.

Quando falamos que “a montanha de ouro não existe” ou “o círculo quadrado não existe”, tratamos de proposições verdadeiras que nos levam ao seguinte problema: como pode uma proposição ser verdadeira e ter significado se ela se refere ao nada? Pois, de alguma forma, ainda que não existam as montanhas de ouro, os círculos quadrados, as utopias, elas devem de ter algum tipo de existência,

pois as expressões que os denotam são parte de enunciados que têm significado e são verdadeiros.

Russell, para evitar os becos sem saídas e os enigmas que tais expressões denotativas levam, propôs uma análise que vem fazer desaparecer tais expressões. Assim, ao invés de dizer “a montanha de ouro não existe”, possa-se dizer que “não há nenhuma entidade que, ao mesmo tempo, seja de ouro e seja montanha”. Tal análise elimina a proposição e ainda elimina também qualquer razão de crer que o objeto por ela indicada tenha algum tipo de existência.

O significado de uma expressão que ocupa o lugar de sujeito de uma sentença existencial precisa ser preenchido por um ente existencial. Algo só pode ser referido ou denotado se o preenchido poder ser nomeado.

O exemplo clássico é a análise a que Russell submete à sentença S: “o atual rei da França é careca”. Uma vez que não existe um rei da França, a sentença não pode ser considerada verdadeira. Porém tampouco é falsa, pois não podemos dizer que o atual rei da França não é careca. Também não podemos considerá-la sem sentido, já que pode ser perfeitamente compreendida. A análise lógica virá então para resolver esse impasse. Se submetermos essa sentença à análise, temos como conclusão que na verdade S engloba três outras sentenças: S1) Existe um objeto x tal que x tem a propriedade P (ser o atual rei da França). S2) não existe um objeto $y \neq x$ tal que y tem a propriedade P. S3) x tem a propriedade Q (ser careca).

A teoria das descrições de Russell afirma essencialmente que as expressões denotativas são incompletas, ou seja, são incapazes de ter significado por si sós e se distinguem claramente dos nomes próprios (que, tomado isoladamente tem significado).

Quanto a esta defesa de Russell, a tese pela qual o significado de um nome próprio se reduz ao fato de se referir a um objeto, abre-se mais uma vez a questão: se os nomes próprios não necessariamente denotam indivíduos existentes, que outra função desempenham? A isto, os nomes próprios da linguagem natural são abreviações de descrições definidas. Tornam-se, de fato, como “o autor de Waverley” ou “o amigo do Doutor Watson e protagonista dos romances de Conan Doyle”, quando se ocupa a posição de sujeito sem sentença afirmativa completa, não se trata de sujeito lógico, mas sim de sujeitos gramaticais, que não implicam problemas com sua denotação. Essas expressões que parecem referir-se,

efetivamente não são usadas como nome de algo, isto é, não servem para nomear. Elas servem para o sentido da sentença que precisa denotar algo.

Assim, quando uma expressão é nome próprio, denotar implica que há um indivíduo representado por "x", do qual se tem conhecimento direto.

Finalmente é em *On Denoting* (1905) que Russell estuda o problema da denotação. Ele arremata todo conceito até agora visto, do significado do nome, como aquele que deve ser identificado ao objeto que ele denota. É do significado de uma expressão que ocupa o lugar de sujeito de uma sentença existencial que se precisa ser preenchida por um ente existente. Russell sustenta que o significado é a denotação das expressões com sentido, caracterizando uma teoria referencial do significado.

3. WITTGENSTEIN E A TEORIA SEMÂNTICA

Ludwig Josef Johann Wittgenstein nasceu em Viena, em 26 de abril de 1889, de pai judeu. Estudou na Universidade Técnica de Berlin, depois em Manchester. Estudou o *Principia Mathematica* de B. Russell e Whitehead. Ele guardava grande apreço pelos ensinamentos de Frege, mas orientado por ele foi a Cambridge ser aluno de Russell, onde estudou filosofia e psicologia experimental. Após esse tempo, veio marcar sua vida pela participação na primeira Guerra Mundial, período de expiração para produção de sua obra manuscrita *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), mas após esse período, deixa a vida de filósofo, voltando-a somente em 1929, a convite de Russell e Moore, como por aceitarem a obra supracitada como sua dissertação doutoral.

É no *Tractatus* que Wittgenstein vai expressar o seu interesse especial pela linguagem e o pensamento. Que é linguagem? Que é pensar? Qual a relação do falar e do pensar? Que faz do sinal físico algo que significa? Em que sentido um sinal é expresso de um pensamento? Como é relacionar linguagem e pensamento ao real? São todas essas perguntas da semântica tradicional que retornam, de cheio, no pensamento de Wittgenstein, ao centro do interesse. Sua intenção no *Tractatus* é estabelecer, com clareza as fronteiras entre o que racionalmente pode ser dito e o disparate que deve ser evitado. Portanto, encontramos nele uma de suas idéias centrais, a concepção, comum também a Frege e a Russell, de que a forma gramatical e a forma lógica da linguagem não coincidem. Problemas metafísicos

tradicional como os da possibilidade de dizer o falso, da existência do não-ser, etc. originam-se na verdade de uma má compreensão da linguagem, do desconhecido de sua forma lógica autêntica e da maneira pela qual se relaciona com o real. Segundo o *Tractatus*:

a linguagem veda o pensamento; do mesmo, não é possível concluir, da forma exterior da veste, a forma do pensamento vestido por ela, porquanto a forma exterior da veste não foi feita com o intuito de deixar ver a forma exterior do corpo (...) a maioria das preposições e questões escritas sobre temas filosóficos não são falsas mas absurdas. Por isso não podemos em geral responder a questões desta espécie, apenas estabelecer seus caráter absurdo. A maioria das questões e das proposições dos filósofos se apóiam, pois, no nosso desentendimento da lógica da linguagem (WITTGENSTEIN, 1968, § 4.002, § 4.003).

A tarefa da filosofia é, portanto, realizar uma análise da linguagem que revele sua verdadeira forma e a relação deste com os fatos. O *Tractatus* mantém assim uma concepção de filosofia como elucidação realizada através da análise da linguagem.

Wittgenstein como expoente de uma nova lógica, desenvolve as idéias de Frege e Russell realizando uma espécie de tradução linguística dos limites do pensamento: os limites do pensamento são os limites do dizível. Aqui, ele faz uma volta ao princípio do contexto de Frege, ele lembra que os nomes só se dão no contexto de um enunciado. Todo debate sobre os nomes deve, portanto, partir do papel que eles têm no enunciado. Uma teoria dos nomes pressupõe, deste modo, uma teoria dos enunciados.

O enunciado, porém, não possui uma forma específica de representação, mas tem aquilo que todas as imagens devem ter em comum com a situação representada: a forma lógica. É neste quadro que se insere a teoria wittgensteiniana da nomeação. Embora se reportando mais vezes a Frege, Wittgenstein não aceita algumas de suas teses, em particular que os nomes tenham tanto um sentido como uma referência. Ele defende, com efeito, uma tese alternativa: os nomes se referem diretamente aos objetos, sem nenhuma mediação cognitiva ou conceitual.

As proposições limitam-se a descrever como as coisas são e não o que elas são. Wittgenstein não deriva da lógica uma ontologia. Como as coisas são, a lógica pode dizê-lo: "os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo" (1968, § 5.6) uma das mais famosas proposições do *Tractatus*. Portanto, "(...) não podemos dizer como pareceria um mundo 'ilógico'" (1968, § 3031).

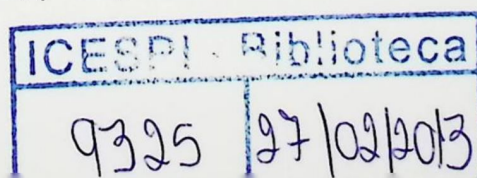
Para Wittgenstein, há elementos que na realidade, nos fatos, que podem ser estruturados para ser pensados e representados pelo discurso. A linguagem só pode falar de certas coisas, pois o dizível limita-se às proporções com função de verdade, portanto, ao que é verdadeiro ou falso, conforme a adequação ou não aos fatos. O que dá sentido ao enunciado é ele poder representar a realidade, e seu valor de verdade depende de o nome que compõe a proposição, ou seja, esta que diz e mostra as condições desse dizer, e se esta estiver numa posição que signifique a posição do nome no fato possível afigurativo.

O pensamento se expressa na proposição cujos sinais são usados para projetar uma situação possível. Os nomes que a compõem substituem o objeto. Eles só têm significado na proposição. As proposições são modelos, figurações da realidade tal como pensamentos pensamos que seja, afirma Wittgenstein (§ 4.01) e pela projeção que a proposição mostra como estão as coisas. Se ela for verdadeira diz que as coisas estão assim. A realidade confirma ou não as proposições, elas devem descrever inteiramente a realidade, o estado de coisa, constituído, assim, um mundo lógico, uma situação suscetível de teste. “Um nome presente uma coisa, outro, outra coisa, e estão ligados entre si de tal modo que o todo – como quadro vivo – apresenta o estado de coisas” (1986, § 4.0311).

Segundo Inês Araujo “o nome requer o objeto que precisa estar em uma relação com o que é nomeável desse mesmo objeto, quer dizer, deve ser localizável em meio a fatos, possibilitar combinações, estar sujeito a certa estabilidade” (2004, p. 81). Para isso, ela completa:

dada a teoria dos objetos no espaço lógico, a experiência dirá quais possibilidades deste espaço se realizaram. O pensamento projetado dá forma e sentido às proposições empíricas; estas, diferentemente das proposições lógicas (que são ou tautológicas ou contradições), têm sentido. Mas as proposições lógicas e matemáticas compõem a representação do mundo, entram na elaboração das proposições empíricas. A combinação entre linguagem e realidade empírica torna o mundo pensável. Já a filosofia, que se preocupa com a estrutura essencial do mundo, não pode dizer isso, pois só a proposição em sua projeção figurativa diz os fatos: só o que ocorre pode ser dito. (ARAUJO, 2004, p. 81)

Portanto, o caminho lógico em uma concepção wittgensteiniana é meio para se alcançar a verdade, excluindo toda manifestação ontológica, estética, religiosa, ética e psicológica da linguagem. Segundo Wittgenstein em seu prefácio da obra *Tractatus logico-philosophicus* (1968, p. 53), afirma com veemência que “em geral o



que pode ser dito, o pode ser claramente, mas o que não se pode falar deve-se calar (...) tudo o que fica além dele será simplesmente absurdo”.

CAPÍTULO II

SAUL KRIPKE

Na cidade de Omaha, em Nebraska, nasce em 1940, Saul Aaron Kripke, um dos filósofos largamente reconhecido por suas obras, tanto por elas terem influenciado diversas áreas da filosofia, incluindo pela lógica, como até a filosofia da mente e finalmente chegando à filosofia da linguagem. Já lecionou em Princeton, como também na City University of New York (CUNY). Suas obras são de grande riqueza, sendo em grande parte de rigor original, e deve-se levar em conta que muitas delas circulam na forma de gravações de áudio e cópias de manuscritos, assim lhe garantindo em 2001 o Prêmio Schock em Lógica e Filosofia.

Em sua teoria semântica, ao qual merece o mérito em desenvolvê-la segundo noções de uma lógica modal e outras lógicas relacionadas proferida em Princeton no ano de 1970, intitulada em suas conferências por *Naming and necessity*, se apresenta uma interpretação de Wittgenstein e sua teoria da verdade. Em sua obra sempre clara, Kripke dá subsídios idealizadores para a sua teoria da referência, uma teoria do necessário a posteriori, uma teoria do contingente a priori, e, por fim, uma teoria antimatериalista do dualismo mente-corpo.

1. A TEORIA DOS MUNDOS POSSÍVEIS

Por mundos possíveis se tem um conceito de como as coisas são ou podem ser através de um esboço submissos as regras da lógica. Por esta linguagem, é possível vir abordar tudo o que a lógica declara como possível incluindo tudo o que realmente pode haver, e é por logicamente possível que se entende tudo aquilo que não é uma inconsistência lógica, por exemplo, uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Logo, não podemos afirmar que “a grama é e não é verde”. É importante, também, que fique claro que um mundo possível não é um plano de

CAPÍTULO II

SAUL KRIPKE

Na cidade de Omaha, em Nebraska, nasce em 1940, Saul Aaron Kripke, um dos filósofos largamente reconhecido por suas obras, tanto por elas virem influenciar diversas áreas da filosofia, iniciando pela lógica, indo até a filosofia da mente e finalmente chegando à filosofia da linguagem. Já lecionou em Princeton, como também na City University of New York (CUNY). Suas obras são de grande riqueza, sendo em grande parte de rigor original, e deve-se levar em conta que muitas delas circula na forma de gravações de áudio e cópias de manuscritos, assim lhe garantindo em 2001 o Prêmio Schock em Lógica e Filosofia.

Em sua teoria semântica, ao qual merece o mérito em desenvolvê-la segundo noções de uma lógica modal e outras lógicas relacionadas preferida em Princeton no ano de 1970, intitulada em suas conferências por *Naming and necessity*, se apresenta uma interpretação de Wittgenstein e sua teoria da verdade. Em sua obra acima citada, Kripke dá subsídios idealizadores para a sua teoria da referência, uma teoria do necessário *a posteriori*, uma teoria do contingente *a priori*, e, por fim, uma teoria antimaterialista do dualismo mente-corpo.

1. A TEORIA DOS MUNDOS POSSÍVEIS

Por mundos possíveis se tem um conceito de como as coisas são ou podem ser através de um esboço submisso às regras da lógica. Por esta linguagem, é mérito vir abordar tudo o que a lógica declara como possível incluindo tudo o que realmente pode haver, e é por logicamente possível que se entende tudo aquilo que não é uma incoerência lógica, por exemplo, uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Logo, não podemos afirmar que “a grama é e não é verde”. É importante, também, que fique claro que “um mundo possível não é um planeta ou,

um astro qualquer, e sim a totalidade das coisas, a realidade ou todo o universo” (PRIMO, 2009, p. 64).

Vale ressaltar que, quando falamos que “um mundo onde a grama é e não é verde ao mesmo tempo não pode ser possível”, se faz uma totalidade das coisas que se toma como embasamento para significação de tal teoria. Não se deve defini-la quanto à sua localização temporal, isso significa que um mundo possível engloba o passado, o presente e o futuro. Assim, podemos concluir que tudo o que é logicamente possível pode ser representado por mundo possível.

Há distinções que se podem dar sobre os termos “mundo atual” e “mundo real”, até então considerados como analógicos. Assim como a idéia de mundos possíveis, o termo “mundo atual” refere àquilo que falamos que está em ato, ou seja, aquele mundo aonde as coisas estão para nós em ato, que está concretizado ou simplesmente o mundo em que nós nos localizamos. Enquanto ao termo “mundo real” não se dá a clareza necessária, por exemplo, quando colocamos a hipótese de que os demais mundos são tão reais quanto o atual, poderia restar a questão que deles poderiam prover as verdades dos termos. Pela linguagem presente na idéia de mundos possíveis, nos satisfazemos intuitivamente na tentativa de incluir a totalidade das possibilidades em um único sistema, por exemplo, “quando Steven Spielberg nos narra em seu filme a invasão dos extraterrestres, pode-se dizer que ele propõe um mundo possível onde isso esteja acontecendo” (PRIMO, 2009, p. 65).

Esta teoria dos mundos possíveis vem como uma efetivação dos questionamentos presentes na natureza, esta como uma coisa que pode ou não ser. É usado nos dias de hoje a fim de tornar claras os estudos modais.

Entende-se por estudos modais todo o concernente à necessidade e/ou à possibilidade de uma proposição qualquer, ou seja, em seu sentido amplo, aos modos da verdade. Assim, o estudo modal é caracterizado pela investigação de como a verdade pode ser.

Enquanto que a lógica clássica possui cinco operadores, a saber: conjunção ($\wedge$), disjunção ($\vee$), implicação material ($\rightarrow$), bi-implicação ($\leftrightarrow$) e negação ($\neg$), se restringindo à combinação destes para verificar a validade ou não dos argumentos é pela lógica modal que se consegue suprimir algumas dificuldades presentes na lógica clássica na hora verificar sua validade em certos exemplos, como: Pelé é *necessariamente* um ser humano. Logo, Pelé é um ser humano. E Pelé é *possivelmente* paulista. Logo, Pelé é paulista.

Quanto à aplicabilidade desses operadores, tanto o de necessidade ($\Box$), quando o de possibilidade ($\Diamond$), é demasiadamente intuitiva a sua utilização.

Uma proposição é verdadeiramente necessária quando além de ser verdade ela não poderia não ser verdade e é possível quando pode ser verdade, mas não tem de ser, de uma forma ou de outra, verdade (PRIMO, 2009, p. 66).

Usando o exemplo acima: “Pelé é necessariamente um ser humano”, de acordo com a linguagem dos mundos possíveis, nos referimos que Pelé é um ser humano em todos os mundos possíveis e quando dizemos que “Pelé é possivelmente paulista”, o que se refere na verdade, é que existem alguns mundos possíveis onde Pelé seja paulista (o atual não é um deles, pois Pelé é mineiro). Pode-se ser dito ainda da seguinte maneira: Pelé é *contingentemente* o rei do futebol. Logo, Pelé é o rei do futebol. O acréscimo deste novo operador modal, o da *contingência* (Δ) se caracteriza quando uma sentença é verdadeira no mundo atual e falsa em alguns dos outros mundos possível. Existem também proposições impossíveis ($\neg\Diamond P$ ou $\Box\neg P$), como dito no exemplo: A grama é e não é verde.

Além da lógica, a metafísica também faz uso da linguagem dos mundos possíveis para tornar mais intuitivo o seu estudo modal. Quando entendemos o uso e o significado dos termos “particular” e “propriedade”, é que se pode entender o funcionamento da metafísica modal. “Entende-se por particular tudo aquilo que exemplifica ou é carregado de propriedades e não é uma propriedade” (PRIMO, 2009, p. 67), pois é importante tornar-se claro que os particulares não são palavras (nomes), mas usam-se delas para fazer referência a um particular existente no mundo atual. Assim pode-se dizer que o particular *Pelé* exemplifica a propriedade de ser jogador de futebol. Costuma-se usar nomes para designar particulares e a parte predicativa da frase para designar propriedades. Quanto à propriedade, o mesmo acontece. Ao designar uma propriedade, a exemplo de “é jogador de futebol”, apenas faz referência a essa tal propriedade existente no mundo atual.

Portanto, a linguagem dos mundos possíveis é instrumento tanto da lógica quanto da metafísica para justificar o seu problema modal, ou seja, tornar mais intuitivo o estudo do que é necessário, possível e contingente.

Diante de tais problemas, pelo menos três abordagens de uma linguagem dos mundos possíveis podem se identificadas: a abordagem linguística feita

especialmente por Hintikka (1969), uma abordagem realista tendo como referencial D. K. Lewis (1973) e por fim, Kripke, com sua abordagem conceitual, que interpreta o discurso sobre mundos possíveis como um discurso sobre as maneiras pela quais poderíamos conceber o mundo de forma diferente.

A Kripke é locada a criação de uma semântica dos mundos possíveis orientada por sua idéia de relação de acessibilidade entre os mundos possíveis. Para ele, um mundo é acessível a outro se e somente se o anterior for passível a ele, isso significa que o mundo só é acessível ao mundo atual se este for uma verdade, ao menos possível, no mundo atual. E essa condicional não exclui o próprio mundo atual, ou seja, um mundo "vê" a si próprio se ele for uma verdade possível a si mesmo.

O sistema de acessibilidade funciona da seguinte forma: têm-se três variáveis $\langle G, K, R \rangle$, onde G representa um mundo atual, K o conjunto de mundos possíveis e R a relação existente entre G e K . Segundo o conceito de acessibilidade uma possibilidade, ou $\Diamond P$, só é verdadeira se e somente se, P for verdadeira em pelo menos um dos mundos k , onde k é acessível ao mundo atual g , assim Rgk . E uma necessidade, ou $\Box P$, só é verdadeira se e somente se, p for verdadeiro em todos os mundos possíveis k na relação Rgk (PRIMO, 2009, p. 69).

A concepção modal de Kripke parte de um indivíduo conceitualmente separável de suas propriedades, mas não é simplesmente um particular vazio, pois pode ter propriedades diversas das que tem. Existem quatro principais sistemas de lógica modal baseados no conceito de acessibilidade (T, S4, B, S5). Esses sistemas são, muitas vezes, usados para provar argumentos de ordem metafísica. Os sistemas são entendidos, basicamente, pelas propriedades lógicas que são atribuídas a R . Quando propriedades se atribuem a R , mais forte é o sistema. Assim, no sistema T atribui-se apenas a propriedade de refletividade. Pode admitir-se, então, previamente que $\Box p \rightarrow p$. O sistema S4 admite as propriedades de refletividade e de transitividade (a relação: $a=b, a=c$, logo, $b=c$ é um exemplo de relação transitiva), logo: $\Box p \rightarrow \Box \Box p$. Se as propriedades forem refletividade e simetria temos B (a propriedade de ser "irmão de", por exemplo, é uma propriedade simétrica): $p \rightarrow \Box \Diamond p$. E por último temos o sistema mais forte, o S5, que engloba todas as propriedades anteriores: $\Diamond p \rightarrow \Box \Diamond p$. O uso desses sistemas depende da aceitação, de quem usa, das propriedades mencionadas. Costuma-se sempre reconhecer que o mundo atual é acessível a si próprio, por isso T é o sistema mais fraco.

2. IDEIA DE DESIGNADOR RÍGIDO

Em *Naming and Necessity*, Saul Kripke versa uma perspectiva bem surpreendente das atuais abordagens da linguagem, que são cada vez menos essencialistas. Se a referência estabelece uma ligação com a linguagem, seja ela um objeto, ente em si, ou um ser no mundo, é uma questão independente daquela que o conhece e cede lugar agora à discussão sobre a linguagem e seus usuários.

Nomear, segundo Kripke, implica um laço com a referência. De certo modo ele evita o essencialismo, isto é, essas “teorias que se propõem explicar a realidade em termos de ‘essência’” (ABBAGNANO, 2007, p. 423). Para ele, mesmo havendo uma rigidez referencial, isso não significa que alguém esteja descrevendo ou dando a essência de algo ao nomear.

Pode-se nascer a questão: os nomes próprios possuem significado tanto quanto denotam? Muitos são os filósofos que colocaram essa questão de lado, afirmando tal questionamento estão Frege, Russell, Wittgenstein, Searle, Burge etc. Para os dois primeiros, os nomes próprios possuem o sentido de algumas descrições definidas co-designativas conhecidas do falante, já o conceito de Wittgenstein e Searle se diferencia quando diz que os nomes próprios possuem o sentido de algum subconjunto indeterminado de algum conjunto de descrições co-designadas, mas Burge define os nomes próprios como predicados. Diferentes desses pensadores, outros negam essa existência de significado sobre os nomes próprios, a começar por Mill, Ziff e Kripke. Para Kripke, os nomes próprios são “designadores rígidos”, ou seja, explicação causal do uso correto dos nomes.

Tal distinção não é difícil de ser feita, embora quando falamos que “estrela matutina” não é uma estrela, mas um planeta (Vênus), ela é ainda chamada de “estrela matutina”, parecendo ter-se tornado mais um nome que uma descrição do que talvez fosse realmente.

Nomes são puramente denotativos. Segundo Susan Haack (2002, p. 94), o contraste com uma concepção de que nomes próprios são descrições definidas, está em colocá-los como meros rótulos (representação de algo ou alguém). Aqui não se aplica a questão ao caso de nomes de pessoas nem se tenta promulgar através de convenções qual nome deve ser dado a homens e mulheres, ou sobre o fato de um filho pegar o nome do pai e assim por diante, ou ainda menos que os nomes

possuem um sentido derivado em sua etimologia. Ao contrário, o que está sendo negado é que o nome descreve a pessoa.

Kripke, em sua obra aqui já exposta, nos dá uma “nova teoria da referência”, qual o exemplo da modificação completa sofrida sobre a teoria dos genes ou sobre a dos elétrons em poucas décadas vem ilustrar. Pode alguém se questionar: de que se está falando quando se fala de genes, se o modo como o cientista ou o especialista entende gene mudou? Será que estamos nos referindo à mesma coisa com esses nomes, ou será que os genes e os elétrons da velha teoria não existem mais? A isso Kripke responde com sua idéia de denominador rígido, assim elucidando sobre ambos os aspectos dos nomes próprios, o semântico e pragmático.

Para ele, é preciso um denominador rígido, do tipo nome próprio, que permaneça designando tal ser como “gene” em todos os mundos possíveis. Já as descrições definidas servem a indivíduos diversos em diversos mundos possíveis. Deste modo, a identidade entre designador rígido e descrição são apenas contingentes.

Pode-se analisar sua tese de que os nomes próprios são designadores rígidos, por aquilo que se dá como necessário em todos os enunciados de identidade verdadeira:

da forma “ $a=b$ ”, onde “ a ” e “ b ” são nomes. Se “ a ” e “ b ” são nomes, e “ $a=b$ ” é verdadeiro, de modo que “ a ” e “ b ” designam o mesmo indivíduo no mesmo mundo real, então, uma vez que ambos os nomes, sendo designadores rígidos, designam o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis, “ $a=b$ ” é verdadeiro em todos os mundos possíveis, ou seja, ele é necessariamente verdadeiro (HAACK, 2002, p. 96).

A resolução do problema abordado por Kripke, ou seja, a essência e a necessidade, se dá especialmente por sua proposta de designador rígido, isto é, de uma expressão que conserva a referência mesmo sob a variação em mundos possíveis que servirão de parâmetros para avaliar sentenças modais. Portanto, o papel da referência, segundo ele, está na independência diante de crenças ou da capacidade do usuário. Kripke acha que não se deve “psicologizar” a questão.

A teoria causal da referência de Kripke se dá de tal forma que os nomes próprios e os termos de espécies naturais não são meras descrições definidas, mas designadores rígidos, cuja referência se mantém em todos os mundos possíveis. Ele

nega o modelo descritivo, pois o falante pode referir-se a um indivíduo asserindo algo de verdadeiro acerca dele, sem poder fornecer uma descrição que caiba a esse indivíduo. Portanto, pode-se, por meio de intuições, avaliar as propriedades de um referente. Explica:

quando digo que um designador é rígido e designa a mesma coisa em todos os mundos possíveis, quero dizer, tal como usado em nossa linguagem, que ele está para a coisa, quando nós falamos, apoiado em situações contrafactuais. Não quero dizer, naturalmente, que não deve haver situações contrafactuais em que, em outros mundos possíveis, pessoas possam realmente falar uma linguagem diferente. Não dizemos que 'dois mais dois são igual a quatro' é contingente porque as pessoas podem falar uma linguagem em que 'dois mais dois igual a quatro' querem dizer que sete também é. (...) Usamos inglês com nossos significados e nossas referências. Neste sentido é que falo de um designador rígido como o que tem a mesma referência em todos os mundos possíveis. Não significa implicar que a coisa designada existe em todos os mundos possíveis, e sim que o nome refere rigidamente àquela coisa. Se você diz 'suponho que Hitler nunca tenha nascido', então 'Hitler' refere aqui, ainda rigidamente, algo que nunca existiu na situação contrafactual descrita (KRIPKE, apud ARAÚJO, 1993, p. 83-84).

Portanto, para haver uma referência, um objeto ou um indivíduo, devem ser satisfeitas certas propriedades, mas se não houver nenhum objeto satisfazendo tais propriedades, ainda assim é possível ter falsas crenças que são verdadeiras acerca de absolutamente nenhum objetos. "Em uma situação em que o objeto não existe, então temos de dizer que o designador não tem referente e que o objeto em questão não existe assim designado" (KRIPKE, 1972, p.110).

Segundo Burge, a referência depende da relação entre o falante e o ambiente social e físico. Essa relação é bem compreendida não pela investigação do repertório mental do falante, mas pela investigação da cadeia de circunstâncias que a leva à aquisição ou apresenta o uso do nome pelo falante. Entretanto, esta relação envolve misto de elementos causais e intencionais e inclui a confiança dessa pessoa em outra, para fixar uma referência.

Kripke, por conseguinte, introduz a idéia de denominador rígido. O nome próprio "é um denominador rígido designando o mesmo indivíduo 'em todos os mundos possíveis', enquanto que as descrições designam indivíduos diversos em diversos mundos possíveis. Deste modo, a identidade entre designadores rígidos e descritivos são apenas contingente" (REALE, 2007, p. 648).

3. VALOR SEMÂNTICO

Kripke, indo contra toda a concepção sobre a determinação da referência, tem a pretensão de apresentar um quadro melhor sem dar um conjunto de condições necessárias e suficientes para a mesma. Pode haver casos em que o nome caiba a um único referente que satisfaz certas propriedades identificadoras. Mas, pela teoria das descrições definidas, “a referência depende não só do que pensamos, mas de outras pessoas da comunidade, da história de como o nome adquiriu um referente (...) É seguindo tal história que se chega à referência” (KRIPKE apud ARAÚJO, 1991, p. 95). Para ser mais claro, de acordo com Kripke, um falante utiliza um nome corretamente se ele tem uma cadeia adequada que ligue o uso do seu nome com o indivíduo designado por um “batismo inicial”.

O desvendar ou descrever algo fornece pistas para “batizar” o objeto. A descrição não fornece sinônimo, ela fixa a referência. Para Inês Araujo, as idéias de Kripke (2004, p. 85) estão em aplicar um:

batismo inicial seguido de uma sequência de usos do nome nos quais presumivelmente os usuários conservam os referentes dos usos daqueles que ensinaram que tal nome tem tal uso porque se refere a tal objeto, mesmo se a cadeia de descrições sofrer alterações.

Entretanto, uma referência pode ser introduzida de maneira diferente a um objeto em questão, podendo ser por descrição, ostensão², explicações mais ou menos apropriadas. A referência de um nome não é uma marca identificadora única.

A referência identificadora não dá sinônimo, ela fixa uma referência através de marcas contingentes do objeto. Kripke afirma que “o nome que denota esse objeto é usado para referir-se àquele objeto, ainda que se possa estar referindo à situação contrafactual em que o objeto não tenha as propriedades em questão” (KRIPKE apud ARAÚJO, 1991, p. 107). Exemplificando, a água ao ser descoberta como H₂O, levando em consideração que antes ela era identificada por suas aparências, sua forma e características perceptíveis. Agora, ao aparecer de tal forma, a mesma substância sensível com a qual definimos água, mas agora com seu número atômico diferente, não se pode a ter fora da concepção como no exemplo de H₂O.

² Qualificação de provas diretas, que provam positivamente a verdade de uma tese, distinguindo-se das provas indiretas, que tendem a provar uma tese negativamente, com a demonstração da falsidade do seu contrário.

Kripke propõe um conceito “paradoxal” de necessário *a posteriori*, querendo dizer que há uma relação entre nomear, que é lingüística, e necessidade, que é um conceito metafísico. Para comungar de uma questão semântica sem perder sua concepção metafísica da necessidade, pela qual nega a tentativa de misturar os dois tipos de problemas, a tese kripkiana de mundos possíveis torna-se a principal alternativa.

Para se alcançar a condição de verdade de uma sentença, cria-se a dependência do seu valor semântico, este acessível pelos seus constituintes, ou seja, os nomes de seus valores referenciais.

Kripke rejeita a teoria causal da referência vigente, como nega a afirmação de que a referência é um tipo de descrição. É errado pensar que os nomes próprios têm um sentido (Frege), e que este sentido tem uma ou diversas descrições definidas (Russell ou Searle). Para ele, é preciso levar em conta que a comunidade de falantes sabe o que está falando.

Mas o que é conhecer aquilo a que se está referindo? Kripke, ao contrário de Frege, considera o nome com o referente que tem, correlato ao conteúdo do pensamento ou intenção que aplica conceitos ao indivíduo, como ligado à cadeia histórica de determinações, ao “batismo”, e não aos estados que “estrela da manhã” e “estrela da tarde” tem em cada um dos referente, estes não são descrições.

Fixar aqui a referência para Kripke não quer dizer que se deva fazer uma ligação entre aquilo que se tem de palavra e objeto, até pois essa fixação pode se dar *a posteriori*, sendo possível a revisão e a reformulação em casos de mudanças teóricas, culturais ou comportamentais.

Kripke faz de certo modo um retorno à metafísica, pelo modo como o entende a questão da referência a entes dos/nos mundos, incluindo mundos possíveis, em que ser nome de algo não se limita à função de uma cômoda etiqueta descritiva. Em suma, o valor semântico dos nomes é o seu referente.

CAPÍTULO III

UMA NOVA CONCEPÇÃO SEMÂNTICA E A CRÍTICA A KRIPKE

Entre muitos filósofos contemporâneos a Kripke, nascem novas concepções sobre um referencial teórico, sobre uma nova teoria semântica, sobre novas concepções diferenciais. Entre estes pode-se citar Strawson, com o seu referencial individualizante, segundo o qual para obter um referente deve-se ter primeiramente a intenção, e ao mesmo tempo, se saiba do que se está falando. Além do contexto, existe ainda, segundo Strawson, a convenção linguística que é exatamente a conformidade do locutor com o contexto de elucidação. Portanto, Strawson evita uma volta ao logicismo e ao semanticismo, pontos que segundo ele Kripke retoma.

Outro grande referencial é Chomsky, para ele a referência não fixa uma relação com as coisas mesma, mas através de uma linguagem pública comum. Ele usa de uma abordagem internalista para afirmar que “os estados iniciais da faculdade da linguagem determinam as instruções para falar e pensar, daí a linguagem não ser algo aprendido e sim interno” (ARAÚJO, 2008, p. 187). A este a gratificação por uma formulação esquemática interna, formada a partir do cérebro para falar de determinada coisa, lhe fornecendo hipóteses mais ricas que as abordagens externalistas. Chomsky critica fortemente sua visão metafísica e vai contra a rigidez referencial de Kripke. Para ele é insuficiente a visão de co-determinação entre a palavra e seu referente, pois posso me referir a “Oscar” simplesmente como um nome que me leve a referir-me a Oscar como pessoa. Chomsky defende uma teoria computacional/representativa para justificar as noções de referencia textual, pois para ele “os conceitos já estão disponíveis, com muita ou toda a sua intrincada e pré-determinada estrutura” (CHOMSKY apud ARAÚJO, 2000, p. 61).

Para a corrente pragmática uma teoria da referência é dispensável. Antes o problema da referência dos termos, dos nomes, etc. o problema de como uma

linguagem pode remeter-se a uma situação no mundo de tal modo que o ouvinte possa saber do que se está falando era algo central através da filosofia da linguagem, com Wittgenstein II, Dewey e Quine, é uma questão cada vez mais secundária, relativa ao comportamento humano, ou seja, inescrutável.

Como citado logo acima, Quine com o seu behaviorismo pragmático, para este, como para muitos outros que comungam desta concepção, há uma postura não-essencialista e pós-metafísica, pois a referência não passa de um dentre os atos da fala, perdeu seu papel central. Quine separa a linguagem de uma relação necessária com a realidade, numa perspectiva crítica a rigidez referencial de Kripke.

Pode-se citar ainda Hilary Putnam a criticar a “teoria mágica da referência que supõe haver uma conexão direta entre aquilo que o pensamento/linguagem representa e a realidade representada” (ARAÚJO, 2008, p. 175). A relação nome/portador é “contextual, contingente, convencional”, diz Putnam (apud ARAÚJO, 1992, p. 25). Para ele, nenhuma concepção que apenas fixe os valores de verdade de frases completas pode fixar a referência. O que fixa a referência? É uma das questões levantadas por ele para chegar a uma concepção de referência intencionalista. Putnam discorda do realismo metafísico de Kripke, para o qual a referência é a mesma em todos os mundos possíveis.

Portanto, Kripke não está isento de críticas, pelo contrário, foi alvo de inúmeras censuras, umas fracas, outras fortes. Cabe aqui nos aprofundar no pensamento de Kripke através destas críticas e de modo especial através das ideias de Hilary Putnam.

1. PUTNAM E O CONCEITO DE INTENÇÃO E EXTENSÃO

A obra *O significado de “significado”* de Hilary Putnam inicia seus questionamentos e resoluções sobre o uso dos termos dentro de formulações sentenciais. Para ele, uma das primeiras ideias a serem levantadas é que aparecem a nós características da linguagem humana que parecem ser universais. Consequentemente abrem-se luzes sobre a estrutura da mente.

No entanto, o mais sério problema diz respeito ao significado das palavras. Putnam nos fala que “a dimensão da linguagem associada com a palavra

'significado' está, apesar da inundação usual das tentativas heróicas mal orientadas, quanto muito, no escuro em que sempre estive" (1975, p. 131).

Em minha opinião, a razão pela qual a semântica está em pior condição que a teoria sintática é que o conceito pré-científico sobre o qual está assentado – o próprio conceito pré-científico de significado – está em situação muito pior que o conceito pré-científico de sintaxe (PUTNAM, 1975, p. 131)

Portanto, o conceito pré-científico se divide em *significado*, em sentido semântico (como aquele que busca dos significados das palavras) e em sintaxe (disposição das palavras na frase). Adquire-se uma nova concepção de significados, pois eles não existem do modo preciso em que tendemos a pensar que exista.

Putnam vai contra a idéia de Donald Davidson, pois para o primeiro o *significado-palavra* deve estar nos centros das discussões, por sua carência. Já Davidson insiste que o conceito de *significado-palavra* deve ser secundário e que o estudo do *significado-sentença* deve ser primário. Por conseguinte, cabe a Putnam, segundo seu ponto de vista, a missão de formar uma idéia clara em cima das teorias que não estão claras.

Primeiramente, no estudo do termo *extensão* achamos sua definição como o conjunto de coisas para as quais o termo é verdadeiro. Pode-se ilustrar com o termo "coelho" e os problemas que este traz consigo. De um lado, o problema está na própria noção de verdade enquanto relação termo mais o seu sentido, enquanto que de outro está na linguagem natural, pois diferente de um "conjunto" matemático que se pode dizer "sim/não", a linguagem natural não pode. No caso do termo "árvore", por exemplo, existem coisas para as quais o termo é verdadeiro e outras para as quais o termo é falso. Ainda entra a chamada fronteira dos termos, que corresponde à divisão imaginária dos termos, que é, ainda, uma divisão difusa.

E palavras com mais de um sentido? Tal problema é tratado tomando cada um dos sentidos como uma palavra diferente. Para tanto, envolve-se aqui duas idealizações rígidas: supor que palavras têm muitos sentidos e que o repertório interior de sentidos está fixado de uma vez por todas.

Considerando agora termos compostos, imaginamos, por exemplo, uma "criatura com coração" e uma "criatura com rins".

assumindo que todas as criaturas com coração possuem rins e vice-versa, a extensão destes dois termos é exatamente a mesma. Mas eles diferem

obviamente em significado. (...) Quando dizemos que eles têm diferentes "significados", significado é igual à intenção (PUTNAM, 1975, p. 133).

Tal idéia até agora apresentada aparece como padrão em toda a definição de intenção e extensão, no entanto, não se dá como satisfatória. Qual evidência existe de que "extensão" é um sentido da palavra "significado"? Em sentido canônico, em um primeiro sentido significado vem como extensão, depois, em um segundo sentido, significado vem como significado (intenção). "Enquanto que a noção de extensão é muito precisa, relativa à noção lógica fundamental da verdade, a noção de intenção é tão imprecisa quanto a noção vaga de conceito" (PUTNAM, 1975).

Pela falta de clareza, a doutrina tradicional de que a noção de significado possui ambiguidade e extensão/intenção tem determinadas conseqüências típicas. No entanto, Frege rejeita todo psicologismo, ou seja, na definição de significados como propriedades públicas. Para Putnam, Frege, como outros tantos filósofos, identifica conceitos antes com entidades abstratas do que com mentais. Mas ainda, de qualquer modo, entender as entidades abstratas foi ainda um ato psicológico individual.

Para sermos mais claros, volta-se aqui ao exemplo "criatura com rins" e "criatura com coração" pelo qual se torna claro que

dois termos podem ter a mesma extensão e ainda assim serem diferentes na intenção. Mas foi tomado como óbvio que o contrário é impossível: dois termos não podem diferir em extensão e ter a mesma intenção. E o que é mais interessante, nenhum argumento já foi oferecido para esta impossibilidade (PUTNAM, 1975, p. 134).

Para filósofos como Carnap e a sua teoria verificacionista do significado, o conceito corresponde a um termo proporcionava (no caso ideal, em que o termo tinha "significado completo") um critério para pertencer à extensão. E foi a partir desses filósofos positivistas que nasceu uma teoria do significado estabelecendo-se em duas pressuposições indubitáveis: a primeira é que, conhecer o significado de um termo é apenas uma questão de estar num determinado estado psicológico, enquanto que a outra consiste em que o significado é um termo que determina sua extensão.

2. HIPÓTESE DA UNIVERSALIDADE DA DIVISÃO DO TRABALHO LINGUÍSTICO

Antes de chegarmos à hipótese levantada por Putnam, necessita-se clarificar certas noções tradicionais, partindo para um breve desencadeamento de idéias para que então se fundamente tal teoria.

O primeiro conceito trabalhado por Putnam seria o de um estado psicológico. Por *estado*, ele conceitua como “simplesmente um predicado binário cujos argumentos são um individuo e um tempo” (1975, p. 135). Para ele, essa ligação dos termos individuais mais o tempo (usualmente deixa implícito) podem ser exemplificados da seguinte forma “ter 1,5 metro de altura”, que enquanto formula atômica nos é passada como “x tem 1,5 metro de altura no tempo t”, logo, na fórmula completa é dada o tempo, enquanto que na usual é deixada implícita ou “no contexto”.

Estados, enquanto propriamente dito em seu sentido científico, são as “propriedades definidas em termos de parâmetros do individuo e que são fundamentais do ponto de vista de uma dada ciência. (...) Num certo sentido, um estado psicológico é simplesmente um estado que é estudado ou descrito pela psicologia” (PUTNAM, 1975, p. 135).

A posição dos primeiros filósofos que se dedicaram ao estudo desses termos, chegou à conclusão que estados psicológicos e solipsismo metodológico são termos de igual significação. No entanto, vale ressaltar os pressupostos do último, pelo qual nenhum estado psicológico, assim propriamente chamado, supõe a existência de qualquer outro individuo além do sujeito a quem o estado é atribuído. A este estado psicológico dá-se em sentido largo e estrito.

O estado psicológico em sentido estrito leva à idéia de solipsismo metodológico; por exemplo, usa-se o termo “ciúmes” aonde implica o *eu* estar com ciúmes, só que pelas minhas próprias alucinações (ou ficções de minha imaginação), enquanto que no estado psicológico em sentido largo o termo “ciúmes” implica na existência de algo e alguém (outro).

Um estado psicológico comum, ou vários deles, como estar com ciúmes dever ser reconstruído, por exemplo, se a pressuposição do solipsismo metodológico for mantida. Pois, em seu ordinário, x está com ciúmes de y implica que y exista, e x está com ciúmes do olhar de y para z implica que y e z existam (bem como x, é claro). Assim, estar com ciúmes e estar do olhar

de alguém para outro alguém não são estados psicológicos permitidos pela pressuposição do solipsismo metodológico (PUTNAM, 1975, p. 135)

Portanto, Putnam assume que este estado no sentido estrito, diferente do largo, tem grau significativo de fechamento causal, e é o que o faz engajar-se nesta reconstrução.

Consequentemente pode-se estabelecer mais claramente o nexos feito entre intenção e extensão. Sejam A e B quaisquer dois termos que diferem em extensão temos que assumir que: (1) os termos diferenciam no significado, ou seja, na intenção, (2) conhecer A e B são estados psicológicos em seu sentido estrito, (3) este estado psicológico deve pois determinar a extensão dos termos A e B tanto quanto os significados. A e B são termos diferentes, que conhecer o estado de A é um estado diferente de conhecer o estado de B, quer os significados de A e B sejam os mesmo ou não.

Quando assumimos o oposto, podemos chegar à conclusão de que mesmo quando A e B possuem o mesmo significado, podem diferir quanto a intenção, usando o exemplo de uma "roda": para alguém que sabe o significado presumivelmente "entende a extensão" de seu sinônimo alemão *Rad*, mas se ela não sabe que a "intenção" em questão é a intenção de *Rad* ela não diz saber o significado de *Rad*. Pelo mesmo argumento, "se I_1 e I_2 são as diferentes intenções e A é um termo, então conhecer que I_1 é o significado de A é um estado psicológico diferente de conhecer que I_2 é o significado de A" (PUTNAM, 1975, p. 136).

Assim, não pode haver dois mundos possíveis, logicamente diferentes tal que em L_1 (em seu sentido psicológico) conhece I_1 (intenção) significando A, ou L_2 (em sentido amplo) conhece I_2 (intenção) significando A. Logo, são estados psicológico incompatíveis, em sentido estrito.

Em suma, o estado S (se consideramos como um estado psicológico) determina a intenção I, e pela pressuposição a intenção preenche a condição necessária e suficiente para a pertinência da extensão. Na visão de Frege e Carnap, "aprender' aquelas entidades é presumivelmente um estado psicológico (no sentido largo)" (PUTNAM, 1975, p.136). A crítica de Frege ao psicologismo está em identificar conceitos com partículas mentais, não com entidades em geral.

A solução para o problema levantado por Frege está em deixar que os significados deixassem de ser públicos.

Mas, estados psicológicos são "públicos" pois diferentes pessoas (e mesmo pessoas de diferentes épocas) podem estar no mesmo psicológico. (...) O caráter "público" de estados psicológicos implica, em particular, que se Oscar e Elmer compreendem a palavra A de modo diferente, então eles devem estar em estados psicológicos diferentes. (PUTNAM, 1975, p. 137)

Logo, estados psicológico iguais, compreensões iguais, e estados psicológicos diferentes, compreensões diferentes. E é aqui onde se encontra o ponto mais criticado por Putnam. Extensão não é determinada pelo estado psicológico.

Ao se pegar as particularidades do exemplo dado da Terra Gêmea³, o que diferencia uma da outra é a própria particularidade. Por exemplo, embora algumas pessoas da Terra Gêmea falem o inglês, existem, nem que sejam mínimas, diferenças do inglês padrão.

Uma particular da Terra Gêmea é o líquido chamado "água" que não é H₂O, mas um líquido diferente, cuja fórmula química, de modo abreviado, é XYZ. Supondo que tal líquido é indistinguível da água, ainda seu gosto é como água e também mata a sede. Além disso, se supõe que os oceanos e lagos da Terra Gêmea contém XYZ, e não água, etc. Mas, se uma espaçonave da Terra visita a Terra Gêmea, então a primeira suposição seria que "água" tem o mesmo significado na Terra e na Terra Gêmea. Esta suposição seria corrigida quando fosse descoberto que "água" na Terra Gêmea é XYZ. Segundo Putnam (1975, p. 138), o relato do fato seria:

"na Terra Gêmea a palavra 'água' significa XYZ". A proposição, é este tipo de uso da palavra "significado" que conta para a doutrina de que extensão é um sentido do "significado". Mas note que, embora "significado" não signifique algo como "tem como extensão", neste exemplo, não se poderia dizer "Na Terra Gêmea o significado da palavra 'água' é XYZ", a menos, possivelmente, do fato de que "água é XYZ" fosse conhecido por todo falante adulto do inglês da Terra Gêmea.

Segundo este ponto de vista, Putnam nos coloca que o significado da palavra "água" difere-se daquilo que tem como "água" dada na Terra. Enquanto que a primeira nega o significado que a segunda dá como definição da palavra "água", a segunda nega a definição que a primeira dá como "água". Logo, água para a Terra é H₂O, e água para a Terra Gêmea é XYZ.

³ Segundo Putnam (1975, p. 137), "Terra Gêmea é muito parecida com a Terra; de fato, as pessoas na Terra Gêmea até mesmo falam inglês. De fato, exceto pelas diferenças que especificaremos em nossos exemplos de ficção científica, o leitor pode supor que a Terra Gêmea é exatamente como a Terra"

Quando voltamos no tempo, para o ano de 1750, não se tinha uma definição química da água. Então, para o Oscar₁ (falante da Terra) e para Oscar₂ (falante da Terra Gêmea) restavam crenças sobre a água, que enquanto para o primeiro não se excluía extensão do termo água como H₂O, também não se excluía a extensão do termo água como XYZ. A extensão do termo água não é em si mesma uma função do estado psicológico do falante.

Oscar₁ e Oscar₂ são falantes padrões do inglês da Terra e do inglês da Terra Gêmea, respectivamente, e nenhum deles é químico ou metalúrgico sofisticado, então não pode haver diferenças em seus estados psicológicos quando eles usam a palavra "alumínio", apesar disso, diremos que "aluminio" tem a mesma extensão que *alumínio* no idioleto de Oscar₁ e a extensão *molibdêncio* no idioleto de Oscar₂. (Também diremos que Oscar₁ e Oscar₂ significam coisas diferentes por "alumínio", que alumínio tem diferentes significados na Terra e na Terra Gêmea, etc.) Novamente, vemos que o estado psicológico do falante não determina a extensão da palavra (ou do significado) (PUTNAM, 1975, p. 140)

Portanto, a teoria da Terra Gêmea refuta a diferença entre extensão dos dois termos e é explicada pela diferença em mau estado psicológico. Consequentemente, Putnam chega à conclusão de que significados não estão na cabeça.

De tais exemplos, surpreendentemente depende um fato linguístico que nunca foi pensando antes, isto é, a existência de uma *divisão do trabalho linguístico*. Segundo Putnam, "difícilmente poderíamos usar palavras tais como 'olmo'⁴ e 'alumínio' se ninguém possuísse uma maneira de reconhecer olmos e alumínio; mas nem todos, para os quais a distinção é importante, têm a habilidade de fazer a distinção" (1975, p. 140).

Para consideramos o exemplo *ouro* temos que considerar que ouro é realmente muito importante para muitas pessoas, e que usam realmente consistindo que é ouro e não algo parecido. Portanto, considerando que a comunidade seria como uma "fábrica", onde "nesta 'fábrica' algumas pessoas tem o 'trabalho' de portar anéis de ouro de casamento, outras tem o 'trabalho' de vender anéis de ouro de casamento e outras pessoas têm o 'trabalho' de dizer se algo é ou não realmente ouro" (PUTNAM, 1975, p. 141). Neste sentido, parte-se do conceito geral de que, para aqueles aos quais ouro é importante por alguma razão, precisam adquirir a palavra ouro. Toda a comunidade linguística, ou seja, corpo coletivo deve saber o conceito da palavra ouro, para que a uma determinada porção da comunidade,

⁴ Árvore antiga comum.

segundo Putnam, fique a incumbência do método de reconhecer se algo é ouro ou não, etc.

Tanto a idéia de ouro quanto a idéia de água são analisadas como "conceito geral". Analisa-se aqui sua diferenciação de 1750 até hoje, pois, enquanto em 1750 não se tinha tal subclasse, hoje se faz necessário pela divisão do trabalho linguístico e pelo desenvolvimento da química, como é o caso da água e do ouro.

Hoje, é obviamente necessário para todo falante ser capaz de reconhecer água (com confiança, sob condições normais), e provavelmente todo falante adulto reconhece as condições necessárias e suficientes de que "água é H_2O " mas somente uma qualidade de adultos pode distinguir água de líquido que superficialmente se assemelha com à água. (PUTNAM, 1975, p. 141)

Ainda, dentro de tal formação, somente uma parcela saberia distinguir água de um líquido que parece com água (especialista). Portanto, reconhecer é patrimônio do corpo coletivo linguístico.

Aos olhos de Putnam (1975, p. 142), a divisão do trabalho linguístico torna-se importante para uma divisão sociolingüística, para tanto nos propõe a hipótese da universalidade da divisão do trabalho linguístico.

Toda a comunidade exemplifica o tipo de divisão do trabalho linguístico descrito: isto é, possui pelo menos alguns termos aos quais os "criteria" associados são conhecidos apenas para um subconjunto de falantes que adquirem os termos e falantes em subconjunto relevantes.

Para uma comunidade de falantes A, que tem posse linguística dos termos *a*, *b* e *c*, há ainda uma outra dentro desta, uma comunidade de falantes B, que além de ter posse dos termos *a*, *b* e *c*, tem ainda de *d*. Devemos considerar que, para A fazer uso do termo *d*, depende da cooperação da comunidade B, pois depende desta desenvolver a solução do termo junto aos falantes da comunidade A. Portanto, estados psicológicos individuais certamente não fixam a extensão, é somente o estado sociolingüístico coletivo ao qual o falante pertence que fixa a extensão.

3. A RIGIDEZ E A NOÇÃO DE MUNDOS POSSÍVEIS DE PUTNAM

Putnam, partindo de seus pressupostos e exemplos, estes de fundamental importância, abre caminho a uma teoria da referência e também à teoria da verdade necessária.

Existe, segundo Putnam, duas formas para dizer o que nós significamos, uma é através da definição ostensiva, e a outra através da descrição. No que consiste a primeira forma, pode-se dizer que “este (líquido) é água”, onde o termo entre parêntese designa marcadores, no caso *líquido*, que podem ser explícitos ou implícitos. No segundo caso a descrição dada consiste tipicamente de uma ou mais marcas juntas com um estereótipo⁵.

As características centrais do estereótipo geralmente são os *criteria*, ou seja, os que dizem se a coisa pertence à espécie ou se tem condição necessária para pertencer. No entanto, dentro de uma comunidade linguística, enquanto corpo coletivo, os *criteria* não são necessários incluídos nos estereótipos.

Assim, o estereótipo de um olmo é apenas de uma árvore antiga comum. Estas características são, de fato, condições para pertencer à espécie, mas elas estão longe de conhecer uma maneira de conhecer almos. De outro lado, o estereótipo de um tigre nos habilita a conhecer tigres, e o estereótipo de um limão geralmente nos habilita a reconhecer limões. No caso extremo, o estereótipo pode ser apenas um marcador (...). Consideremos ambas as maneiras de introduzir um termo no vocabulário de alguém (PUTNAM, 1975, p 143).

Para tanto, a fim de arrematar todas as contrações feitas até agora de água, essa enquanto termo, tenta-se fazer uma classificação através da noção de “mundos possíveis” assumindo que em pelo menos alguns casos é possível falar de algum indivíduo existindo em mais de um mundo⁶. Para exemplificar, Putnam usa dois mundos, W_1 e W_2 , onde W_1 corresponde ao mundo real chamado no exemplo anterior de Terra, que nos diz que o líquido chamado de água é H_2O , e W_2 corresponde a um mundo possível chamado de Terra Gêmea, onde o mesmo líquido chamado água é XYZ. Assim podem haver duas teorias do significado de água.

⁵ “Uma descrição padronizada das características da espécie que são típicas, ou ‘normais’, ou, por qualquer razão, estereotípico” (PUTNAM, 1997, p. 142)

⁶ Discussão inspirada no trabalho de Saul Kripke, embora as concussões fossem obtidas independentes.

Pode ser verdadeiro que "água" fosse relativo a um mundo, mas constante em significado (isto é, a palavra tem um significado relativo constante). Nesta teoria, "água" significa o mesmo em W_1 e W_2 ; apenas água é H_2O em W_1 e água é XYZ em W_2 . (PUTNAM, 1975, p. 143)

Logo, o termo é relativo, mas o significado é constante. Já na segunda teoria "Pode ser verdadeiro que água é H_2O em todos os mundos (a matéria-prima chamada "água" em W_2 não é água), mas "água" não tem o mesmo significado em W_1 e W_2 " (PUTNAM, 1975, p. 144). Logo, o termo remete ao significado em todos os mundos possíveis. Partindo de Putnam, e se a sua teoria levantada no caso da Terra Gêmea estiver correta, então seria natural que a segunda é a mais correta.

Tal diferença das teorias expostas mais acima podem ser simbolizadas como a diferença de "escopo"⁷ da seguinte maneira:

Na teoria, é verdadeiro o seguinte: (1) (Para todo mundo W) (Para todo x em W) (x é água = x preenche a relação *mesmo*_L à entidade referida a "isto" em W) enquanto na teoria (2) (Para todo mundo W) (Para todo x em W) (x é água = x preenche a relação *mesmo*_L à entidade referida "isto" no mundo real W_1 (PUTNAM, 1975, p. 144)

Putnam coloca a possibilidade do uso de designador "rígido" formulado por Saul Kripke se este se refere ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis na qual o designador designa. Logo, "se nós estendermos a noção de rigidez aos nomes de substâncias, então podemos expressar a teoria de Kripke e a minha dizendo que o termo 'água' é rígido" (PUTNAM, 1975, p. 144). Pois quando, pela rigidez do termo, digo "isto (liquido) é água" se, pretende afirmar a segunda teoria acima e não a primeira.

Como supracitado por Putnam, sobre a formação de uma teoria da verdade necessária, Kripke, no entanto, foi o primeiro a observar que esta teoria do significado da palavra "água" tem consequências surpreendentes para a teoria da verdade necessária. Isso se mostra pela noção de relação através dos mundos que Kripke formulou, onde a relação binária R assim chamada através dos mundos, tem como sua extensão o conjunto de pares ordenados de indivíduos que não estão no mesmo mundo possível.

⁷ "Chamo de 'escopo' porque em 'a entidade referida em 'isto'' está no interior do escopo de 'Pra todo W ' – como a expressão 'em W deixa explicito, enquanto em 'a entidade referir a 'isto'' significa 'a entidade referida 'isto' no mundo real', e tem assim a referência independente da variável ligada ' W '" (PUTNAM, 1996, p. 144).

A idéia de Putnam pode ser resumida de tal forma que a entidade x , num mundo possível arbitrário, é água se, e somente se, preencher a relação *mesmo*- L como a matéria-prima que nós chamamos “água” no mundo real.

Podemos, portanto, supor duas situações, uma em que não tenha descoberto quais as propriedades físicas importantes de água, ou em x descubra a microestrutura da água (H_2O). Pela pressuposição 1, podemos falar de um líquido semelhante à água, mas com microestrutura diferente de água, logo, se considerar que este não é água, então minha maneira de reconhecer água (definição operacional⁸) não pode ser olhada como analítica. Pois, por exemplo, a água da Terra Gêmea não é água, por não preencher a relação de equivalência com a matéria-prima que deveria satisfazer a definição operacional e a própria matéria-prima local que satisfaz a definição operacional. Já aquilo que cabe à segunda suposição, “uma vez que tenhamos descobertos que água (no mundo real) é H_2O , nada conta como um mundo possível quando água não é H_2O ” (PUTNAM, 1975, p. 145).

Kripke refere-se a sentença radicalmente não revisáveis assumindo como epistemicamente necessárias, ou seja, sentenças verdadeiras em todos os mundos possíveis (ou “metafisicamente necessárias”).

Putnam aproxima-se de Kripke pelas noções dadas por indexicalidade⁹. “Palavras como ‘agora’, ‘isto’, ‘aqui’, já há algum tempo foram extensão que varia de contexto a contexto ou de espécime a espécime” (PUTNAM, 1975, p. 146). Para tornar-se claro, enquanto se tem o eu da Terra, se tenho um *Doppelganger*¹⁰ na Terra Gêmea, então quando se pensa “eu tenho uma dor de cabeça”, a extensão do termo “eu” verbalmente mentalizado difere o meu eu. Assim, a palavra *eu* tem duas diferentes extensões, mas não se segue que o conceito que eu tenho de mim mesmo é de modo diferente do conceito que meu *Doppelganger* tem de si mesmo. Portanto, a teoria pode ser resumida dizendo que:

Palavras como “água”, têm um componente indexical não mencionado:
“água” é a matéria-prima que preenche uma relação determinada de

⁸ Modo de apontar um padrão, apontar a matéria-prima no mundo real. Se essa matéria-prima x , que para esse x ser água em qualquer dos mundo y preencha a relação *mesmo*, com os membros locais que satisfazem a definição operacional.

⁹ Aproximações feitas na conferência proferida por Putnam em 1968 na University of Washington e University of Minnesota.

¹⁰ Uma cópia idêntica.

similaridade à água *aqui em volta*. Água em outro tempo e em outro lugar ou em mesmo outro mundo possível, tem que preencher a relação *mesmo*, para com nossa "água" a fim de ser água. Portanto, a teoria (1) de que palavras tem "intenções" que as vezes são conceitos associados com as palavras dos falantes; e (2) que intenção determina extensão, não pode ser verdadeira de palavras de espécies naturais como "água" pela mesma razão que a teoria não pode ser verdadeira de palavras obviamente indexicais como "eu" (PUTNAM, 1975, p. 146).

Para tanto, nasce da visão de Putnam duas possibilidades, uma que palavras "indexicais" como água (espécies naturais) carregam o mesmo significado como na Terra Gêmea e uma extensão diferente, logo, distingue da doutrina de que o "significado determina a extensão". Entretanto, a segunda possibilidade, com a qual o próprio Putnam goza de maior afinidade, defende que "diferença de extensão é *ipso facto* uma diferença de palavra de espécies naturais, e por isso mesmo desiste da doutrina de que significados são conceitos, ou, obviamente, entidades mentais de algum tipo" (PUTNAM, 1975, p. 147).

Todavia, para Putnam, tanto a doutrina de Kripke sobre as palavras de espécie naturais de designadores rígidos quanto a sua de doutrinas indexicais afirmam a mesma coisa de formas diferentes.

Suponhamos que fixamos a referência de um nome por uma descrição. Mesmo se assim fazermos, não fazemos o nome sinônimo de descrição, mas, ao invés disso, usamos o nome rigidamente para referir ao objeto assim nomeado, ainda que falando em situações contrafactuais, em que a coisa nomeada poderia não satisfazer a descrição em questão. Ora, aquilo que penso é de fato verdadeiramente para aqueles casos dos nomes em que a referência é fixada por descrição. Mas, de fato, também penso contrariamente à maioria dos recentes teóricos, que a referência de nomes é raramente fixada, ou mesmo nunca fixada, por meio de descrição. (KRIPKE apud PUTNAM, 1975, p. 147)

CONCLUSÃO

Partindo da crítica de Kripke de que os nomes, enquanto sua extensão, não descrevem as coisas, dá-se aqui uma teoria da referência formulada pela ideia de um *designar rígido*, cuja capacidade a identifica em todos os mundos possíveis.

Demonstra-se, desta forma, que muitos pensadores se enganam em colocar o significado dos termos dentro de uma ideia de solipsismo metodológico, que coloca a dependência dos significados dentro de um psicologismo; ou ainda, se quer colocar a relatividades dos significados a capacidades mentais individualizantes que privam a formação de um referencial linguístico padrão.

Portanto, para formação da linguagem referencial a ideia de “batismo inicial” proclamada por Kripke, inclui toda a sua teoria semântica dos termos, pois o uso do termo e a sua utilidade dentro de um grupo de falantes é o que vai determinar o significado. Para tanto, a descrição nada mais é que uma forma de se chegar ao objeto, não o determinando. Ela, a referência, fixa-se através de marcas contingentes do objeto.

Muito há que se pesquisar nesta área da filosofia da linguagem junto a uma lógica filosófica. Muito sobre Saul Kripke também, grande homem e grande pensador. Há deficiências no critério criado e adotado por ele. Contudo, não é a intenção deste trabalho esgotar este assunto. Quanto às deficiências da proposta kripkiana para o problema da referência, quem quiser, sinta-se livre para criticá-la e clarificá-la. Desta maneira é que reconhecemos o significado dos significados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 1210 p.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: Introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola editorial, 2004, 279 p.

BARAQUIN, Noëlla. LAFFITTE, Jacqueline. **Dicionário universitário dos filósofos**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 307 p

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). et al. **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas: Papirus, 1989, 300 p.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grande temas. 16. ed. reform. ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 248 p.

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. Tradução de Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002, 345 p.

HUISMAN, Denis (dir.). **Dicionário dos filósofos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 1053 p.

KRIPKE, Saul. **Identidade y necesidad**. Conferencias sobre identidad em el título de Identity and Individuation. Tradução e organização de Milton K. Munitz. New York: University Press, 1972, p. 98-130.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 1336 p.

MORTARI, Cezar Augusto. **Introdução à lógica**. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001, 393 p.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia: os filósofos do ocidente**. Tradução de Bnôno Lemos. São Paulo: Paulinas, [entre 1981 e 1983], vol. 3, 289 p.

_____, **Introdução à filosofia: problemas, sistemas, autores e obras**. Tradução de J. Renard. 17. ed. São Paulo: Paulus, 2009, 392 p.

NEF, Frédéric. **A linguagem: uma abordagem filosófica**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, 172 p.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.) et al. **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas: Papirus, 1989.

OLIVEIRA, Manfredo A. **Reviravolta linguística-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006, 422 p.

PENCO, Carlo. **Introdução à filosofia da linguagem**. Tradução de Epharaim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2006, 272 p.

PRIMO, Gabriel Arthur Lage. A linguagem dos mundos possíveis. In.: QUARTO ENCONTRO DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UNESP, 2009, Ouro Preto, **Anais...** Ouro Preto: UNESP, 2009, p. 63-71.

PUTNAM, Hilary. **O significado do "significado"**. Tradução de Giovanni S. Queiroz. Publicado em *Language, Mind, and Knowledge*, Minnesota Studies in The Philosophy of Science. vol. VII, 1975, p. 131-193, K. Gunderson, ed., University of Minnesota Press.

REAL, Giovanni. ANTISERI, Dario. **Historia da filosofia: Do Romantismo até nossos dias**. 8. ed. São Paulo: Paulus, 2007, 1113 p.

RUSSEL, Bertrand. **Ensaio escolhido**. Seleção de textos de Hugh Matthew. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultura, 1978, 222 p. (coleção os pensadores).

ROVIGHI, Sofia Vanni. **Historia da filosofia contemporânea**: do século XIX à neoescolástica. Tradução de Ana Pareschi Capovilla. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001, 662 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim Severino. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007, 304 p.

WITTEGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-Philosophicus**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, 152 p.